



CONCURSO DE PROVAS E TÍTULOS

8. PSICOLOGIA JURÍDICA

Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- ♦ VOCÊ RECEBEU SUA FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO CONTENDO 60 QUESTÕES OBJETIVAS.
- ♦ CONFIRA SEU NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO NA CAPA DESTE CADERNO.
- ♦ LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- ♦ RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES.
- ♦ ASSINALE NA FOLHA DE RESPOSTAS, COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA, A ALTERNATIVA QUE JULGAR CERTA.
- ♦ A DURAÇÃO DA PROVA É DE 3 HORAS E 30 MINUTOS.
- ♦ A SAÍDA DO CANDIDATO DO PRÉDIO SERÁ PERMITIDA APÓS TRANSCORRIDAS 2 HORAS E 30 MINUTOS DO INÍCIO DA PROVA OBJETIVA.
- ♦ AO TERMINAR A PROVA, VOCÊ ENTREGARÁ AO FISCAL A FOLHA DE RESPOSTAS E LEVARÁ ESTE CADERNO.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 01.** Em “Abuso Sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar”(1993), Tilman Furniss aborda a “síndrome de segredo”. De modo geral, o fenômeno está associado a situações de violência e o fenômeno ocorre, pois
- (A) existe um acordo tácito de silêncio entre o abusado e o abusador.
 - (B) existe a vergonha por parte do grupo familiar de revelar seus problemas.
 - (C) existe a idéia de que violência psicológica é intangível, não se revelando claramente.
 - (D) o poder público exige o sigilo para proteção a vítimas menores de idade.
 - (E) a criança não tem repertório para revelar o que lhe aconteceu.
- 02.** A subnotificação de violência na família tem como consequência
- (A) o risco de se acusarem injustamente supostos agressores, transformando-os em vítimas.
 - (B) dificuldade na obtenção de dados epidemiológicos que possam pautar políticas públicas.
 - (C) maior abertura da família para a investigação mais profunda de possível violência.
 - (D) a desconfiguração da questão como prioridade do ponto de vista legal.
 - (E) a proteção da privacidade familiar, conforme determinado por lei.
- 03.** Com relação às dificuldades do diagnóstico, do atendimento adequado e do diálogo entre os sistemas, assinale a alternativa correta.
- (A) Dificilmente os casos de maus-tratos chegam aos serviços de saúde como queixa principal, sendo de modo geral um achado ocasional.
 - (B) Apesar da ampla estrutura de apoio (serviços, leis, recursos humanos), o temor por parte da criança é o principal impedimento para que as denúncias se transformem em processos.
 - (C) Ante a afirmação infantil de estar sendo alvo de agressão, o profissional deve buscar uma conduta precavida e procurar provas concretas do abuso.
 - (D) De acordo com o ECA(1999), a notificação é obrigatória somente em casos comprovados por observação direta ou testemunhal de maus-tratos, devido ao risco de represálias.
 - (E) Negligência e omissão são aspectos muito relativos e são considerados agressões de menor poder ofensivo.
- 04.** Quanto às atribuições do Conselho Tutelar (CT), assinale a alternativa correta.
- (A) O CT é órgão permanente, autônomo e jurisdicional que encaminha, ao Ministério Público, infrações previstas no ECA e na Constituição Federal.
 - (B) O funcionamento do CT é de responsabilidade do Conselho Municipal e deve ser fiscalizado pelo Ministério Público.
 - (C) A atuação do CT é dispensável quando a abordagem da violência contra a criança/adolescente se dá de forma integrada por profissionais dos sistemas de saúde/escolar.
 - (D) O CT permite à comunidade participar do encaminhamento de questões relacionadas à violação dos direitos da criança e do adolescente.
 - (E) Ao CT é atribuído poder suficiente para estabelecer sanções que forcem o cumprimento de suas decisões.
- 05.** Configuram abuso sexual contra crianças e adolescentes as situações em que
- (A) fique comprovado o contato físico de natureza libidinoso entre adulto-criança/adolescente, sem que a criança/adolescente tenha consciência da natureza do ato.
 - (B) seja consumado o ato sexual com penetração por parte do adulto, com ou sem o consentimento da criança/adolescente.
 - (C) a criança/adolescente seja usada para estimulação sexual de alguém em estágio psicosssexual mais avançado.
 - (D) haja interação de natureza libidinoso sem consentimento por parte da criança/adolescente.
 - (E) haja coerção física para submeter a criança/adolescente a situações humilhantes contra a sua vontade.
- 06.** Ao ser requisitado a responder à difícil demanda de apontar o genitor mais qualificado para a guarda ou pedido de mudança de guarda, o psicólogo deve
- (A) evitar indagar com quem a criança quer ficar.
 - (B) estar apto a atuar simultaneamente como terapeuta do grupo familiar e como perito.
 - (C) entender que o silêncio da criança pode ser um recurso para não fomentar a disputa.
 - (D) procurar subsídios para fundamentar a escolha feita pela criança perante o juiz.
 - (E) evitar contatos colaterais para não correr o risco de perda de foco na dinâmica familiar estrita.

07. Mesmo em casos de separação reconhecida pela justiça, frequentemente nota-se a perpetuação do embate familiar via poder judiciário. Isso ocorre porque
- (A) em última instância, o litígio é benéfico para a elaboração dos conflitos subjacentes à dinâmica da família.
 - (B) a justiça dá ao grupo familiar diretrizes de conduta que este grupo, enquanto sistema, é incapaz de formular.
 - (C) as famílias geralmente operam por suas próprias leis e são rebeldes à imposição de padrões por terceiros.
 - (D) as soluções judiciais visam favorecer a solução definitiva dos conflitos a longo prazo.
 - (E) as sentenças tendem a forçar a convivência do casal, a despeito dos conflitos existentes.
08. Diante de grandes dificuldades apresentadas por parte dos ex-cônjuges em definir regime de visitação dos filhos e de fins de semanas, o psicólogo favorece as partes
- (A) sugerindo o melhor esquema, após perícia, e abreviando as retaliações.
 - (B) evitando comentar os encaminhamentos e deliberando exclusivamente com o juiz.
 - (C) preservando a lógica do casal na escolha do genitor visto como causador da separação.
 - (D) fazendo intervenções que visem à retomada da vida conjugal para benefício dos filhos.
 - (E) rompendo com a lógica binária de que há vencidos e vencedores.
09. Em relação à adoção, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que
- (A) a família adotante poderá adotar de imediato a criança/adolescente, caso seja indicada pela família biológica.
 - (B) a adoção por procuração poderá ser aprovada em caso de famílias adotantes residentes no exterior.
 - (C) a adoção de crianças/adolescentes terá caráter irrevogável somente se concedida por escritura pública.
 - (D) para pleitear uma adoção, não há restrições quanto ao estado civil, mas sim quanto à idade.
 - (E) dependendo da situação conjugal dos adotantes, a adoção deverá ser simples ou plena.
10. No Brasil, é bastante difundida a prática da chamada “adoção à brasileira”, ou seja, o registro de um filho como legítimo, tomando-se o parto alheio como próprio. Essa prática
- (A) não implicará sanções civis caso se constate que o benefício à criança, decorrente da omissão de sua condição de adotada, seja maior do que o prejuízo à ordem vigente.
 - (B) não será vista como crime se o juiz concluir que foi motivada por espírito de reconhecida nobreza.
 - (C) poderá acarretar sanções civis tais como a anulação do registro, a perda da criança, com evidentes repercussões adversas ao desenvolvimento infantil.
 - (D) não será considerada ilegal se for comprovado o desconhecimento dos procedimentos legais do processo de adoção.
 - (E) passou a ser prática aceita para a legalização dos processos de adoção, desde que acompanhada de autorização da mãe biológica, registrada em cartório.
11. De acordo com D.W. Winnicott (“Privação e Delinquência”, 1987), a tendência anti-social do adolescente deve-se
- (A) à sua incapacidade de suportar as restrições impostas pela civilização.
 - (B) ao alívio mental que a execução de ações proibidas proporciona ao adolescente.
 - (C) à esperança do adolescente de recuperar do ambiente algo que lhe foi tomado.
 - (D) à expressão de impulsos inconscientes, pelo adolescente, sem motivação pré-existente.
 - (E) à procura de uma punição externa pelo adolescente, porque o superego não chegou a se constituir.
12. Assinale a alternativa correta, considerando os estudos psicanalíticos acerca das tendências anti-sociais por seus diferentes autores.
- (A) Winnicott as encara como um sinal de repúdio à vida e como representante de impulsos tanáticos expressos na destrutividade.
 - (B) Dèjours as encara como falta de estruturação de personalidade, enquadrando-as nos quadros nosográficos tradicionais.
 - (C) Freud as encara como indicativos da necessidade de punição, que por sua vez constitui outra espécie de motivação para o crime.
 - (D) Nenhum dos autores destaca as condições socioeconômicas como predisponentes, atribuindo apenas a uma etiologia herdada.
 - (E) Melanie Klein as encara como decorrentes da impossibilidade de manter ou atingir a posição esquizo-paranoide.

13. A implementação de medidas socioeducativas representa um grande desafio, dada a complexidade do trabalho interdisciplinar. Nesse sentido, é correto dizer que
- (A) há um conflito entre Saúde e Judiciário, pois o tratamento psicossocial exige adesão voluntária, e qualquer medida socioeducativa é por si mesma impositiva.
 - (B) apesar das dificuldades, as políticas públicas integram com eficiência os serviços de saúde, escolas, famílias, Conselhos Tutelares e Justiça da Infância e Juventude.
 - (C) de modo geral, as medidas que envolvem a obrigação de reparar os danos causados têm sido as mais eficazes.
 - (D) tem sido promissora a impossibilidade de justaposição de medidas socioeducativas e socioprotetivas.
 - (E) com o ECA e a Reforma Psiquiátrica, não cabe aos juízes determinar internações de crianças e adolescentes, mas apenas medidas socioeducativas.
14. Michel Foucault, ao discutir o papel da criminologia oficial, analisa as transformações advindas de um regime jurídico coercitivo. Segundo o autor, tais transformações
- (A) têm sido positivas porque alteram a face do direito penal em sua aplicação e finalidade.
 - (B) dão um salto qualitativo no processo de execução penal, ao se colocarem a serviço do discurso da verdade.
 - (C) instalam mecanismos disciplinares visando focalizá-los no corpo, tratando de convertê-los em corpos produtivos.
 - (D) escapam ao discurso científico e como tal não se prestam a uma análise universalizante.
 - (E) favorecem, em última instância, o desenvolvimento da autonomia responsável e solidária.
15. À luz do Estatuto do Idoso, em caso de infração de menor poder ofensivo cometida contra pessoa idosa, o procedimento no judiciário é
- (A) a aplicação do rito sumaríssimo, agilizando o processo na Justiça Comum.
 - (B) a aplicação do rito sumaríssimo em Juizado Especial, para processar e julgar infrações penais, cuja pena não exceda dois anos.
 - (C) o encaminhamento em Juizados Especiais de todas as infrações contra o idoso.
 - (D) ampliação da pena para mais de quatro anos, não cabendo o conceito de infração de menor poder ofensivo por se tratar de idoso.
 - (E) a aplicação do rito sumaríssimo, uma inovação trazida pelo Estatuto do Idoso e por esse motivo aplicável ao caso.
16. Embora o art. 181 do Código Penal traga causas excludentes da punibilidade em crimes patrimoniais cometidos por familiar (cônjuge, ascendente, descendente), o Estatuto do Idoso veio corrigir esse aspecto. Caso o neto adolescente, com 16 anos, furete do avô uma grande soma em dinheiro,
- (A) o neto será enquadrado em outro artigo do Código Penal, de modo a configurar a possibilidade de ação penal com pena de reclusão.
 - (B) caberá ao neto medida socioeducativa, porque o Estatuto do Idoso, em seu art.95, define os crimes patrimoniais como sendo de ação pública incondicionada.
 - (C) pode-se dizer que, considerando o grau de parentesco, a lei não admite crime patrimonial para esse grau de parentesco, mesmo à luz do Estatuto do Idoso, pois o adolescente é inimputável.
 - (D) o caso poderá ser acobertado com base no art. 181 do Código Penal, que prevê dispositivos que valorizam as relações familiares.
 - (E) o neto é isento de pena porque o avô não sofre prejuízo de fato, dado que o patrimônio permanece em família.
17. Assinale a alternativa que indica a finalidade da avaliação psicológica em caso de pena privativa de liberdade em regime fechado.
- (A) Subsidiar e atestar a veracidade dos depoimentos prestados durante o processo.
 - (B) Fornecer o perfil do preso para exercer melhor controle do comportamento carcerário.
 - (C) Propor progressões e regressões dos regimes, assim como as conversões das penas.
 - (D) Acompanhar o cotidiano do preso e atestar seu bom comportamento.
 - (E) Integrar o que a doutrina penal denomina como individualização administrativa da pena.
18. A atuação em perícia jurídica do psicólogo é tema de controvérsia entre os pares. As divergências têm sido amplamente debatidas pela classe, sendo que a avaliação psicológica ocupa posição de destaque. Assinale a alternativa que apresenta um aspecto epistemológico considerado um dos alvos da divergência.
- (A) Afirma-se que a prática faz uma utilização de modelos positivistas de coalizão conceitual do discurso jurídico com a criminologia naturalista.
 - (B) É possível medir-se periculosidade a partir do estudo de reincidentes, o que permite quantificar suas causas e projetar-se o futuro.
 - (C) A atuação pericial tornou-se eficiente porque foi atingido o ideal da utilização de técnicas padronizadas de diagnóstico.
 - (D) Conta-se atualmente com ampla documentação epidemiológica em relação aos determinantes da criminalidade.
 - (E) Pode-se afirmar que a atuação pericial nos moldes atuais adota protocolos internacionais, apesar da pouca produção científica.

19. Um indivíduo adulto com diagnóstico de oligofrenia, previamente avaliado pelo SUS, teve o mesmo confirmado em perícia judicial por ter cometido delito grave. Em caso de condenação o indivíduo, em relação à capacidade civil e penal, é
- totalmente irresponsável para ambas, por não compreender ele a razão de seus atos e não poder avaliar a extensão dos danos.
 - incapaz e inimputável, pois não alcançou ainda a maturidade psicológica que pode vir a ser apurada pericialmente.
 - capaz de gerir seus bens, votar e responder pelos seus atos delituosos, daí a perícia concluir por semi-imputabilidade.
 - de modo geral considerado incapaz civilmente, pois não tem condições de gerir bens, e semi-imputável do ponto de vista penal.
 - distituído de capacidade civil e imputabilidade, ambas determináveis pelo parecer do assistente técnico.
20. A Psiquiatria Forense, a Medicina Legal e a Psicologia Jurídica são especialidades independentes. No relacionamento destas com a Justiça, os profissionais podem se compor em equipes para avaliações periciais. Nessas equipes,
- o psiquiatra continua sendo a autoridade no assunto, cabendo a ele distinguir se alguém é ou não portador de doença mental e se esta implica nexos com o delito.
 - há constantes divergências, pois os profissionais adotam referenciais diversos do ponto de vista ético e de sigilo.
 - têm-se procurado perfis mais eqüitativos de participação profissional, para atender demandas advindas da justiça.
 - destaca-se o papel do legista na definição do diagnóstico, posteriormente encaminhado aos demais membros da equipe, seus assistentes técnicos.
 - devido à multiplicidade de abordagens e técnicas, cabe a cada profissional especialista impor-se e buscar seu reconhecimento dentro da equipe.
21. Uma mãe, litigante, costumeira em ações na vara de família, sente-se prejudicada e perseguida pelo ex-marido, acumulando inúmeras provas contra este, inclusive histórico com algumas prisões por desacato à autoridade e denúncias de violência doméstica contra si e os filhos. Assinale a alternativa condizente com o papel do psicólogo atuando em Juizado Especial.
- Solicitou laudo pericial, constatou transtorno obsessivo compulsivo da mãe por conduta reiterada e propôs sessões individuais de psicoterapia no local.
 - Acatou parecer de assistente técnico, solicitado por seu advogado, com diagnóstico de paranóia por estresse pós-traumático e encaminhou ambos à mediação.
 - Considerou a mãe bem como os filhos como carentes de afeto e as manobras legais como forma de chamar a atenção sobre si.
 - Avaliou risco de psicose da mãe e, por sua conta, efetuou perícia para avaliar a necessidade de pedir medida de proteção para os filhos.
 - Avaliou as peculiaridades e implicações psicológicas à luz das responsabilidades da família e do Estado, e elaborou parecer para subsidiar decisões do juiz.
22. Um indivíduo adulto cometeu homicídio numa explosão de irritação com grande agitação motora, descarregada na vítima. Após o crime, aparentou serenidade e equilíbrio, sem demonstrar sentimento de perda ou arrependimento. Seria um exemplo de quadro descrito por Mira y Lopez como psicopata explosivo de alta periculosidade. Com relação ao documento elaborado pelo psicólogo, assinale a alternativa correta.
- A finalidade do exame pericial é apurar as condições das capacidades psicológicas de entendimento, autodeterminação e convívio.
 - Independente dos quesitos, o laudo deve fornecer dados o mais amplamente possível, pela reduzida condição de inserção social.
 - O laudo pericial deve ser o mais detalhado possível, dando conta de todos os aspectos que revelem as causas e conseqüências do ato delituoso.
 - O parecer psicológico deve fornecer dados clínicos aos quesitos formulados pelo juiz, de modo a não gerar inquietações que possam vir a afligir o magistrado na hora de decidir.
 - Os laudos e pareceres psicológicos têm tido sua finalidade desvirtuada pelos operadores do Direito e por esse motivo o psicólogo deve se precaver e se limitar ao mínimo.
23. Um jovem morador de rua reincide e é preso por furto. Trata-se de um comportamento compulsivo, já detectado pelo psicólogo em estudo anterior da dinâmica psíquica. Assinale a visão psicológica do caso, compatível com o projeto socioeducativo previsto no ECA.
- A condição de reclusão terá efeito educativo benéfico direto, por se tratar de resolução indireta do conflito.
 - A situação se mantém porque gera benefícios concretos, estando a intervenção psicológica fora do escopo de atuação.
 - É importante verificar quem, na rede de apoio do jovem, se beneficia com o furto, justificando a adoção de medidas repressivas para interrompê-lo.
 - O nexo causal é suficientemente estabelecido pelo raciocínio em termos de ganho secundário, afeto ou atenção através da atuação.
 - É recomendável o engajamento em ações articuladas em políticas públicas de proteção integral, a fim de promover vínculos sociais comunitários e a cidadania.

24. O pai solicita que, além das visitas semanais ao filho, possa viajar com a criança em seus finais de semana. A mãe alega ser o pai alcoólatra e opõe-se à solicitação paterna, pois teme que o pai, quando alcoolizado, venha a se descuidar do filho e pôr em risco sua segurança. Dois pareceres psicológicos foram apresentados, um deles pelo advogado da mãe e outro a pedido do juiz. Assinale a alternativa que reflete a conduta correta frente à situação exposta.
- (A) O assistente técnico, com base em depoimentos da mãe, alega que o pai não teria capacidade plena em prover a devida atenção ao filho; o perito concorda.
 - (B) O perito conclui que o pai não expõe o filho a riscos diretos, após ser assegurado pelo filho de que o pai o atende quando pede que este pare de beber.
 - (C) O assistente técnico acaba por aceitar a perícia psicológica do pai, por ter sido feita com provas de nível intelectual que indicaram que a queixa da mãe é improcedente.
 - (D) Os dois psicólogos aconselham que a visita seja suspensa enquanto persistir o impasse, acautelando-se de possíveis ações em caso de confirmação das suspeitas.
 - (E) O perito faz uma avaliação das conseqüências do conflito e sugere, em entrevista devolutiva, a mediação como intervenção alternativa para sua resolução.
25. No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei n.º 8.069, de 13.07.1990 – a criança e o adolescente são apontados como sujeitos com direitos especiais. Quanto à ocorrência de ato infracional, segundo o Estatuto, assinale a alternativa correta.
- (A) As medidas especiais formulam aspectos de incapacidade social e de situação irregular do menor.
 - (B) A faixa etária é o parâmetro utilizado para determinar a capacidade civil, não cabendo condições especiais.
 - (C) A faixa etária é o parâmetro utilizado para diferenciar maturidade psicológica.
 - (D) O indivíduo pode ser emancipado, casar e votar aos 16 anos, mas se cometer delito responderá sob condições especiais.
 - (E) A incapacidade penal e a incapacidade civil são vistas sob a mesma ótica, como apontam também as diretrizes da ONU.
26. Quanto à verificação de imputabilidade, percebe-se a nítida influência da Psicologia e da Psiquiatria Forense na interação com a Justiça. Nesse sentido, é correto afirmar que
- (A) a inimputabilidade é a regra quando o indivíduo sabe o que cometeu, mas não sabe a gravidade do ato e as conseqüências dele advindas.
 - (B) a semi-imputabilidade é determinada por psicopatologistas forenses e não por juristas.
 - (C) a semi-imputabilidade implica condições especiais, exceto para a pena.
 - (D) a semi-imputabilidade é aplicável pelo ECA para maiores de 16 anos.
 - (E) o exame e a determinação do grau de discernimento do indivíduo são prerrogativas exclusivamente médicas.
27. Sobre a relação histórica entre a doença mental e a atividade criminal nos Códigos Penais de 1940 e de 1984, considere as afirmações a seguir.
- I. O Código Penal (CP) de 1984 considera a premissa de equivalência entre ambas e visa enfocar a condenação do perigoso nato, o que inclui o doente mental.
 - II. O CP de 1984 é mais atualizado que o de 1940; no antigo, consideravam-se infratores apenas os socialmente perigosos, incluindo-se os doentes mentais.
 - III. A partir do CP de 1984, a avaliação de periculosidade passa a ser feita por equipe multidisciplinar e para todos os infratores, indistintamente.
 - IV. A partir do CP de 1984, todos os infratores de crimes graves e os doentes mentais devem ser avaliados por equipe multidisciplinar.
- Pode-se dizer que está correto apenas o contido em
- (A) I, II e IV.
 - (B) I e IV.
 - (C) I e II.
 - (D) II e III.
 - (E) IV.
28. Considere dois casos: em um, o indivíduo foi considerado como inimputável; em outro, foi considerado como semi-imputável. A decisão do juiz poderá ser:
- (A) medida de segurança pelo seu caráter punitivo em ambos os casos.
 - (B) medida de segurança para o primeiro caso, pois não tem caráter punitivo, e cumprimento de pena no segundo caso, com um a dois terços de redução.
 - (C) cumprimento de medida de internação em hospital psiquiátrico em ambos os casos.
 - (D) medida de segurança em presídio no primeiro caso e em hospital de custódia no segundo.
 - (E) medida de segurança ou redução de pena para ambos os casos; a diferença está no local onde o cumprimento das penas se dará.
29. Os pedidos de perícia psicológica decorrentes de processos crime provenientes da vara do júri, assim como os da vara civil, família e infância e adolescência, para verificação do grau de preservação de autogerenciamento e probidade de discernimento para atos de vida civil, serão classificados
- (A) todos como forenses.
 - (B) todos como exames de sanidade mental.
 - (C) como forenses, somente os pedidos de vara do júri.
 - (D) como criminológicos, os da vara do júri; os demais, como forenses.
 - (E) indistintamente como criminais ou forenses.

- 30.** Infratores adolescentes autores de crimes graves como homicídio, após cumprimento de medida socioeducativa, serão submetidos a exame psicológico a ser realizado por um psicólogo
- (A) forense, centrado nonexo entre dano causado e grau de maturidade.
 - (B) criminal, para subsidiar continuidade de medida punitiva.
 - (C) forense, para subsidiar continuidade de internação.
 - (D) da confiança do juiz, para definir cessação de periculosidade.
 - (E) criminal, para avaliar a capacidade civil.
- 31.** O psicodiagnóstico pericial, seja ele criminal ou forense, tem grande complexidade por envolver diversos conhecimentos intersubjetivos e inerentes tanto à complexidade técnica quanto à humana, bem como especificidade, pois a conclusão é dirigida para fins exclusivamente judiciais. Sobre a prática de psicodiagnóstico pericial, considere estes itens:
- I. segue um protocolo definido e padronizado quanto ao sigilo profissional;
 - II. pode incluir pré-estudo dos autos processuais, entrevista e testes psicológicos;
 - III. é idêntica ao manejo clínico de paciente que necessite de psicodiagnóstico;
 - IV. mantém estreita relação com a abordagem clínica geral, apesar de sua especificidade.
- Dos itens elencados,
- (A) apenas I está correto.
 - (B) apenas II está correto.
 - (C) apenas I e III estão corretos.
 - (D) apenas I, II e IV estão corretos.
 - (E) todos estão corretos.
- 32.** A partir da questão jurídica (quesito), pode-se depreender a procedência e as modalidades de perícia psiquiátrico-psicológica. Assinale a alternativa que relaciona corretamente a procedência com o quesito.
- (A) Vara de família em reincidentes de farmacodependência, para verificação de grau e natureza da dependência (fase processual) de um dos pais.
 - (B) Varas de execução penal e criminal, em casos de interdição.
 - (C) Vara trabalhista, em caso que envolva capacidade de testar e gerir bens.
 - (D) Vara cível, em verificação da capacidade de gerir bens e testar.
 - (E) Vara de Infância e Juventude, em verificação da capacidade de testar e gerir bens.
- 33.** Segundo o ECA (1990), um diretor de escola de ensino fundamental, num incidente envolvendo emergência médico-hospitalar no qual foi constatada situação de falta de encaminhamento de denúncia de violência doméstica por parte de equipe de saúde, deve
- (A) encaminhar para o Conselho Tutelar.
 - (B) encaminhar para a Vara de Família.
 - (C) encaminhar à equipe de saúde e esta definir como denunciar.
 - (D) encaminhar para a Vara Criminal e de Execução Penal.
 - (E) encaminhar para a delegacia mais próxima.
- 34.** O psicólogo atua em diferentes contextos, deparando-se com situações de grande carga emocional, especialmente em casos de fatalidade suspeitos de violência contra criança/adolescente. Quanto à dificuldade em correlacionar causas e efeito, assinale a alternativa correta.
- (A) Os casos que resultam de causas intencionais são mais facilmente identificados por marcas e lesões do que aqueles por causas internas.
 - (B) Os casos que resultam de acidentes são mais facilmente identificados por meio de exames clínicos do que aqueles causados intencionalmente.
 - (C) A dificuldade em se avaliarem tais casos reside em se identificarem adequadamente os casos fatais atribuíveis a causas externas, intencionais ou acidentais.
 - (D) Os casos que envolvem eventos fatais realmente possuem maior grau de dificuldade do que aqueles tidos como não fatais.
 - (E) O aparato judiciário facilita a tarefa de detecção das causas e efeitos em casos fatais, sem a qual não seria possível identificá-los.
- 35.** Na avaliação diagnóstica, seja de natureza clínica ou pericial, pode-se afirmar que
- (A) se busca a leitura integrada dos dados quantitativos de testes psicológicos, sendo esta a finalidade mais visada pelos solicitantes, dado seu caráter científico.
 - (B) como procedimento padrão, aos dados psicométricos acrescentam-se os dados de antecedentes, observação do comportamento e de entrevistas.
 - (C) o uso clínico ou pericial de testes não obriga a realização de entrevista devolutiva a qualquer uma das partes envolvidas.
 - (D) se busca uma leitura integrada da história de vida, da solicitação, da observação do comportamento (direta e/ou em testes) e a devolutiva dependerá da finalidade.
 - (E) não é possível estabelecer umnexo entre a prática pericial e a clínica, devido às condições divergentes quanto ao sigilo e à finalidade.

36. Cada alternativa a seguir permite estabelecer a contextualização histórica para garantias civis. Assinale a alternativa cujo conteúdo está diretamente associado aos conceitos de periculosidade e de responsabilidade.
- (A) Lei de Talião, ao prever a proporcionalidade da pena ao mal causado.
- (B) Rousseau, no Iluminismo da França, ao incluir a liberdade de defesa.
- (C) Lombroso, na escola positivista, ao propor o determinismo biológico e ambiental.
- (D) Kant, na escola clássica, com a noção de livre-arbítrio.
- (E) Código de Hamurabi, na Babilônia, ao discriminar condutas civis e penais.
37. A noção de que o homem é dotado de livre-arbítrio teve seu momento histórico, mas veio a ruir a partir das proposições
- (A) kantianas, sobre o determinismo biológico.
- (B) kleinianas, sobre os impulsos destrutivos do recém-nascido.
- (C) freudianas, sobre a dinâmica do inconsciente interferindo na conduta consciente.
- (D) fenomenológicas, de constante vir-a-ser humano.
- (E) sociológicas, que vêem o criminoso como fenômeno social.
38. Freud postula a existência de uma agressividade inata no homem, tão ativa quanto a sexualidade, que busca satisfação e que intervém no desenvolvimento mental, sendo controlada por meio de processos psíquicos. Segundo o autor, o indivíduo em formação adquire senso de responsabilidade, de moralidade e idealismo
- (A) no conflito entre crescer e permanecer infantil.
- (B) com a entrada na adolescência.
- (C) no período de latência.
- (D) com a fase fálica e o complexo de Édipo.
- (E) com a assimilação definitiva da angústia paranóide.
39. Um acusado, réu primário, é convocado a comparecer a um Juizado Especial Criminal (JECRIM) por espancar a esposa. Nesse caso,
- (A) a transação penal resultará em perda da primariedade, o que por si só tem tido como efeito bloquear a violência doméstica.
- (B) o acusado efetuará uma composição civil alternativa a uma ação penal.
- (C) a reparação de danos com o consentimento da vítima tem permitido bom encaminhamento, sem recidivas de violência.
- (D) de modo geral, a transação penal resulta no pagamento de multa, ou de uma ou mais cestas básicas para uma instituição assistencial, conforme a gravidade e o poder aquisitivo.
- (E) não resulta em impunidade, pois há possibilidade de o juiz determinar a detenção pelo espancamento.
40. “A menina forçada à convivência prolongada com relações de violência em seu ambiente familiar acaba por internalizar e banalizar a violência sofrida direta ou indiretamente; quando adulta, vivencia uma alternância de afeto e violências em suas relações conjugais e tende a minimizar seu próprio sentimento e de sua prole.”
- Esse trecho ilustra
- (A) um padrão de transmissão intergeracional da violência.
- (B) o conceito de ambivalência afetiva na síndrome do pequeno poder.
- (C) o comportamento típico de medo feminino de separação.
- (D) que a condição de violência está associada à depressão.
- (E) o conceito de escalada de violência.
41. Uma mãe, na vigência de episódio de depressão, assinou transferência da guarda de filhos para o ex-marido, pai das crianças. Com a evolução favorável, a mãe passa a ter dificuldades para visitaçào, o que culmina no impedimento total de ver/retirar os filhos. Ao entrar na justiça com pedido de mudança de guarda, o laudo psicológico conclui que a imaturidade psicológica e a susceptibilidade afetiva da mãe comprometem a estabilidade de seu funcionamento psíquico. Quanto aonexo causal, é correto afirmar que
- (A) o perito cometeu erro por desvio de finalidade e imperícia, por induzir a aplicação incorreta da lei pelo juiz, pois a imaturidade psicológica não a impediria de criar os filhos.
- (B) a decisão do perito é acertada por descrever de forma literal o que constatou clinicamente e por fornecer ao juiz dados suficientes para indeferimento do pedido.
- (C) a finalidade clínica e a pericial são idênticas para esse caso, com mínimas repercussões para a decisão do juiz.
- (D) o laudo fica condicionado às sentenças anteriores, e seu indeferimento prevê a presença de doença mental anterior, mesmo sendo a guarda materna a escolha preferencial.
- (E) o laudo tem caráter conclusivo e dificilmente poderá ser contestado pela mãe, que deverá renunciar à guarda por motivos de saúde.
42. Temos, como fato jurídico, o pedido de destituição de tutela. Da súmula médico-legal, consta episódio de depressão, e ao exame pericial apresentou-se bem, verificando quadro como não sendo de natureza mórbida ou psicótica, embora apresente algumas dificuldades afetivas e de sustento familiar. Quanto ao motivo que mobilizou fato jurídico, à luz do ECA pode-se dizer que
- (A) há motivo grave para destituição de tutela, com base em artigo do ECA sobre proteção da criança/adolescente.
- (B) há motivo grave para destituição de tutela, com base em artigo do ECA sobre pátrio poder.
- (C) condição mental e dificuldade de sustento não são motivos para destituição de tutela.
- (D) a condição mental é motivo para destituição de tutela, mas a dificuldade de sustento não é.
- (E) a dificuldade de sustento é motivo para destituição de tutela, mas a dificuldade emocional não é.

43. Nas últimas décadas, a Psicologia tem feito contribuições relevantes para a justiça.
- Dentre elas, destaca-se o trabalho do psicólogo em equipes multidisciplinares. Com relação às atribuições, o psicólogo
- (A) realiza estudo e diagnóstico social.
 - (B) atende a multiplicidade de papéis em unidade prisional.
 - (C) medeia em varas de família, infância/juventude, delegacias e juizados especiais.
 - (D) medeia em varas de família, infância/juventude, C.T.C., delegacias e juizados especiais.
 - (E) limita-se à prática pericial na elaboração de laudos a pedido do psiquiatra.
44. Um psicólogo atende uma criança em terapia. Chamado a compor equipe técnica jurídica, é convidado a atuar como perito, numa disputa de guarda envolvendo os pais desta criança. Nessa situação, assinale a alternativa correta.
- (A) O impasse ético só existirá se o psicólogo precisar utilizar dados das sessões psicoterapêuticas para fundamentar as conclusões do laudo de perito.
 - (B) Não há nenhum impasse de natureza ética em se assumir duplicidade de papéis, apenas questões trabalhistas.
 - (C) Por ser solicitado pelos colegas a cumprir função de perito e psicoterapeuta, dado que seu cliente está em condições especiais, o psicólogo pode optar por exercê-las.
 - (D) Ambas as práticas, perito e psicoterapeuta do mesmo indivíduo, são cabíveis, uma vez que os dados ficam protegidos pelo sigilo profissional.
 - (E) A dupla função – psicoterapeuta e perito – do mesmo indivíduo representa quebra do Código de Ética do Psicólogo, com base em artigos que versam sobre sigilo e vínculo profissional.
45. Com relação ao tratamento dispensado ao preso no sistema penitenciário, pode-se afirmar que
- (A) inclui a assistência psicológica para reinserção social, prestada por psicólogo.
 - (B) está praticamente restrito aos pareceres técnicos que são emitidos sobre o preso.
 - (C) deve ser punitivo, pois os delitos são considerados típicos da natureza criminosa.
 - (D) para que o tratamento seja efetivamente corretivo, deve-se exigir rigor no laudo.
 - (E) caracteriza-se pela ineficácia, dado o caráter determinista do comportamento criminal.
46. A prática de violência contra crianças e adolescentes sempre esteve ligada ao processo educativo e de socialização, funcionando, segundo Minayo (2001), como “resposta imediata às desobediências e rebeldias.” Sob a égide do ECA, essa prática é vista como
- (A) transgressão de poder/dever do adulto e da sociedade em geral.
 - (B) compatível com o exercício do pátrio poder.
 - (C) ações humanas justificáveis no contexto sócio-histórico.
 - (D) dependente da conceituação de dano e risco.
 - (E) válida em situações excepcionais, desde que respeitados os direitos da criança.
47. Assinale a alternativa que contém a melhor configuração sobre os dados brasileiros de violência contra criança e adolescente, referentes à agressão sexual.
- (A) A agressão sexual tem uma baixa porcentagem, devido ao constrangimento causado pela denúncia que nem sempre pode ser confirmada.
 - (B) Dois terços das agressões sexuais são contra meninas, vítimas de agressão pai/filha.
 - (C) Apesar das dificuldades, a agressão sexual caiu na população estudada.
 - (D) Falta legislação e nada tem sido feito que ampare as vítimas em todos os sentidos.
 - (E) As campanhas contra violência doméstica têm surtido efeito nesse tipo de agressão.
48. Assinale a alternativa que reúne três condições associadas e indicativas de alerta para violência contra criança/adolescente, a ser investigada.
- (A) Pais que costumam ralar severamente, repetência escolar, múltiplos acidentes.
 - (B) Mãe que demonstra extrema irritação ao choro do bebê, agita o bebê com brutalidade, é negligente.
 - (C) Baixo aproveitamento escolar da criança, pais litigantes, ausência de um dos pais.
 - (D) Fugas do lar, pais que fazem muitas cobranças, com reprimendas por falta cometida.
 - (E) Filho parental, precocidade sexual, trabalho infantil.

49. Com relação à notificação obrigatória de maus-tratos contra criança e adolescente no SUS, tem-se constatado que se trata de uma norma de difícil adesão, mesmo com a obrigatoriedade. O encaminhamento previsto é
- (A) somente para casos com alguma evidência, para se evitarem traumas desnecessários e afirmações caluniosas.
 - (B) a unidade de saúde encaminhá-los para o Instituto Médico Legal para perícia, e em caso de este não possuir perito pediátrico, enviar para qualquer serviço de pediatria mais próximo.
 - (C) elaboração de laudo pericial por profissional de qualquer unidade básica de saúde, desde que psicólogo.
 - (D) a unidade de saúde encaminhar a notificação ao Juizado de Menores, em laudo pericial assinado pelo diretor da unidade que detectou o problema.
 - (E) o profissional encaminhar casos de abuso sexual e maus-tratos para unidade de referência do SUS, configurando-se como cabível a quebra do sigilo.
50. Assinale a alternativa que reúne dois sinais de alerta para suspeita ou confirmação de violência contra criança e adolescente e que requeira notificação.
- (A) Recusa escolar e queixa de professores.
 - (B) Prática erótica com crianças de sua idade; extrema irritação/expressões agressivas.
 - (C) Criança apresenta ato ou jogo sexual; história de acidentes (ao cair, pular, escorregar).
 - (D) Doença sexualmente transmissível em adolescente; acidentes e hematomas.
 - (E) Síndrome de Munchausen por procuração; lesões múltiplas em partes cobertas.
51. Conforme o artigo 226 da Constituição Federal, “a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.” Em seus parágrafos, esse mesmo artigo assegura direitos e deveres em relação à proteção a ser prestada à criança e ao adolescente. Assinale a alternativa correta.
- (A) É incumbência do Estado assegurar mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações familiares e prestar-lhes a devida assistência.
 - (B) É dever da sociedade assegurar mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações familiares e buscar a devida assistência.
 - (C) Cabe apenas à instância federal garantir esse artigo da Constituição, ficando limitada às denúncias que caem no vazio.
 - (D) Cabe à sociedade influir e participar em políticas públicas, no entanto essa determinação tem tido pouca adesão por parte de órgãos sociais.
 - (E) O artigo atribui responsabilidades à família e à sociedade como um todo, embora sua formulação proponha um princípio geral.
52. Com relação ao abrigo de criança/adolescente, é correto afirmar que
- (A) a medida de proteção visa prioritariamente à aplicação de medida provisória (abrigo) como forma de transição para lar substituto.
 - (B) a condição de abrigo implica privação de liberdade, pois impede a convivência familiar.
 - (C) não se denuncia suspeita de maus-tratos em estabelecimentos de ensino pré-escolar ou creches, pois a confirmação presume abrigo.
 - (D) o abrigo deve ser encarado como uma das medidas de proteção à criança/adolescente.
 - (E) a inclusão em lista de adoção é regra para todos os abrigados.
53. Com relação à prática de ato infracional por adolescente e em relação às medidas socioeducativas, de acordo com o ECA, é correto dizer que
- (A) o adolescente infrator pode ser privado de liberdade por até três anos, quando então será libertado e colocado em semiliberdade ou liberdade assistida (art.121).
 - (B) o atendimento psicológico é estabelecido como medida socioeducativa compulsória (art. 114).
 - (C) o adolescente poderá ser colocado incomunicável em relação aos familiares profissionais que o atendem e inacessível aos meios de comunicação (art. 124).
 - (D) o regime de semiliberdade, tal qual o de internação, comporta prazo determinado (art. 120).
 - (E) podem ser realizadas atividades externas mesmo durante internação (art. 121).
54. Quanto à relação entre o poder judiciário e equipes de auxiliares técnicos nas quais estejam incluídos psicólogos, a atuação do psicólogo na equipe multiprofissional
- (A) está subordinada à autoridade judiciária, sendo uma de suas competências prestar assessoria verbal em audiências ou laudos em Comissão Técnica de Classificação.
 - (B) é independente da autoridade judiciária, cabendo-lhe prestar informações para subsidiar processos por escrito, mediante laudos.
 - (C) tem assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico, embora se atenha aos quesitos formulados pelo juiz.
 - (D) é destinada a assessorar as autoridades judiciárias, devendo prestar informações irrestritas sobre o indivíduo.
 - (E) presta serviço de interesse público e de caráter independente, que se configura por estar fora de previsão orçamentária (art. 150).

55. Para o deferimento de pedido de adoção, é necessário que represente reais vantagens para o adotando. Nesse processo, o deferimento
- (A) depende do consentimento dos pais naturais, mesmo sob condições especiais, como quando estes foram destituídos do pátrio poder (art.45).
 - (B) independe do consentimento da criança em qualquer idade, salvo tenha 18 anos e se já estiver sob tutela ou guarda dos adotantes(art.40 e 45).
 - (C) depende de estágio de convivência com a criança/adolescente e da avaliação interprofissional sobre a conveniência do vínculo.
 - (D) implica o restabelecimento do pátrio poder dos pais naturais em caso de morte dos adotantes, pois seria muito mais prejudicial ter que retornar à condição de abrigado.
 - (E) incluirá o registro judiciário de adotandos, adotantes e também dos adotados para acompanhamento longitudinal por equipe interprofissional para caso de retomada.
56. Segundo Cristina Rauter (1982), criminalizar a loucura e patologizar o crime são concepções inspiradas no Código Penal italiano e adotadas em nosso país no contexto jurídico pelo Código Penal de 1940, até a reforma de 1984. Essas concepções
- (A) colaboraram para o endurecimento das penas e dos suplícios dos acusados e condenados por crimes até mesmo após a reforma de 1984.
 - (B) remontam ao período feudal, nada tendo a ver com a evolução do pensamento positivista na Ciência.
 - (C) fazem parte da escola positivista e, apesar do descrédito, deixaram como uma de suas heranças, os estudos criminológicos realizados por psicólogos.
 - (D) são neopositivistas e pouco acrescentaram ao incremento do uso de estudos de personalidade como parte do exame criminológico.
 - (E) foram desenvolvidas por autores da Criminologia Crítica com a finalidade de criminalizar a loucura e patologizar o crime.
57. Michel Foucault faz um extenso estudo do controle social na história da humanidade. Tendo como base suas idéias, assinale a alternativa correta.
- (A) No período feudal, os castigos eram definidos por lei, ficando o cumprimento ou sua execução por conta do senhor ou do príncipe, que poderiam suspendê-los.
 - (B) A noção de infração sucede os suplícios arbitrários do período feudal, permitindo a verificação objetiva da existência da delinquência.
 - (C) A quantificação do dano ou ofensa sempre caracterizou os sistemas de controle e a prisão, que em suas diversas formas foi sempre centrada na punição do indivíduo.
 - (D) Priorizar a distinção entre criminoso e louco é fator mantenedor das instituições totais, constituindo-se campo de trabalho a ser consolidado em sua forma e função.
 - (E) Todo o “arbitrário” que os códigos modernos retiraram do poder judiciário estão reconstituídos na instância carcerária que controla a punição de forma autônoma.
58. A doutrina de Proteção Integral cria um novo paradigma social diante do cometimento de crimes (delitos graves) por crianças e adolescentes. Assinale a alternativa que representa medida sujeita aos princípios de brevidade e excepcionalidade, dada a condição peculiar da pessoa em desenvolvimento.
- (A) Medida de segurança.
 - (B) Punição com liberdade assistida.
 - (C) Prestação de serviço à comunidade.
 - (D) Internação para tratamento médico, psiquiátrico-psicológico.
 - (E) Matrícula e obrigatoriedade de frequência escolar.
59. A prevenção da violência doméstica em todas as suas formas tem sido considerada um fenômeno refratário e com tendência a crescimento, apesar dos esforços e da implementação de políticas públicas de proteção à criança, ao adolescente, à mulher, ao deficiente e ao idoso. Dentre as alternativas, assinale aquela que justifica resultados aquém do esperado.
- (A) O olhar fragmentado dado a esse tipo de violência, dissolvendo-a entre muitos outros casos de violência social, por ser um fenômeno natural e culturalmente aceito.
 - (B) O predomínio de modelo de atenção com foco em atendimento medicalizado, *ex post facto*, emergencial, curativo, tópico e com redes de atendimento em construção atende parcialmente, mas ainda não dá conta da complexidade do fenômeno.
 - (C) O compartilhamento do paradigma da prevenção primária/secundária/terciária em tese e na prática, baseado em padrões não-normativos, inviabiliza a aplicação de medidas mais abrangentes.
 - (D) As medidas preventivas baseiam-se em uma organização familiar idealizada, sendo incompatíveis com o declínio da família nuclear monogâmica observado atualmente.
 - (E) Há maior incidência de violência doméstica nas classes menos favorecidas, justamente as menos conscientes das medidas preventivas.
60. Há atuações essencialmente preventivas que contribuem para o encaminhamento processual, tendo importante papel na humanização da aplicação da lei e favorecendo a reflexão sobre seu papel. Assinale a alternativa que exemplifica tal possibilidade técnica.
- (A) Assessoria judiciária para mediação e intervenção sistêmica para casais em litígio, para violência doméstica e verificação de autenticidade de testemunho.
 - (B) Mediação de conflitos que previnem ações desnecessárias e intervêm em questões que envolvem implicações jurídicas de ordem civil, laborial, penal, patrimonial.
 - (C) Assessoria judiciária para elaboração de laudos e pareceres e mediação de casais em litígio, verificando autenticidade de testemunho em condições de menor pressão.
 - (D) Psicoterapia breve prestada ao grupo familiar, dando assessoria judiciária para casais em litígio permanente.
 - (E) Atuação em câmaras de mediação e/ou arbitragem, dando assessoria a juiz togado que conduz as sessões lado a lado com o psicólogo.

